

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

No dia quinze do mês de abril do ano de dois mil e treze, às 14h, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária, situada na Rua Uberaba, 295, 4º andar, Barro Preto, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos seguintes conselheiros: Murilo Fróes dos Reis, Mauro Heleno Ladeira de Oliveira, Maria Cristina dos Santos Castelo Branco, Márcio Costa Bichara e Leonardo Amaral Castro. Presentes também os servidores da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária, Unidade Gestora Única do RPPS: Maria Inês Borges, Marcelle Matilde Tufi Santos, Arilda Barbosa, Roberta Senna e Fernando Calazans. A servidora Marcelle Matilde Tufi iniciou os trabalhos apresentando os pontos de pauta da reunião, sendo: 1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior, 2 – Apresentação da resposta ao Relatório Preliminar emitido pelo Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2012 e 3 - outros assuntos. A ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Passou-se ao 2º ponto de pauta onde a Gerente de Contabilidade Orçamento e Finanças, Marcelle Matilde Tufi Santos, apresentou as respostas ao Relatório Preliminar. Foram questionados os seguintes pontos: prazo para realização do Censo Previdenciário pela Prefeitura, onde foi esclarecido que legalmente o prazo é de cinco anos, e que a PBH realizou o último em 2004, o próximo censo será realizado no exercício de 2013, através do convênio celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte/RPPS e o Ministério da Previdência com a participação do Banco do Brasil. A conselheira Maria Cristina perguntou se o atendimento aos segurados que não puderem comparecer aos postos de cadastramento por motivo de doença foi considerado. Foi respondido que esta situação já foi prevista e o cadastramento neste caso será em domicílio. O conselheiro Mauro questionou sobre o prazo da prova de vida do segurado aposentado e pensionista. A servidora Arilda esclareceu que a legislação estabelece prazo de até cinco anos para atualização dos dados cadastrais dos segurados, e que a prova de vida é um projeto da PBH. Sobre a rotina de cobrança da contribuição previdenciária em atraso por parte dos servidores cedidos a outros órgãos, licenciados e entes, foi esclarecido que os procedimentos são realizados rotineiramente e a servidora Marcelle apresentou alguns documentos emitidos pela gerência para exemplificação. O Conselheiro Mauro esclareceu que é necessário formalizar este fluxo de trabalho para proteção dos servidores que executam a função e para os gestores do RPPS. Sobre o cronograma de repasse foi informado que estão sendo realizadas reuniões gerencias com os gestores da Secretaria de Recursos Humanos e da Contadoria, para estabelecer novos prazos para apropriação da folha, no intuito de possibilitar a apuração da contribuição previdenciária com a celeridade necessária para o repasse. O Presidente Murilo Froes manifestou sua preocupação com o prazo para implantação dos novos procedimentos, que a exemplo de outros entes federados e de empresas da iniciativa privada, a apuração da contribuição previdenciária é realizada com exatidão e agilidade. Foi informado aos Conselheiros que a prestação de contas anual do RPPS junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi entregue no dia 05/04/2013, tendo em vista problemas de natureza tecnológica no sistema do próprio Tribunal, mas foi esclarecido que o município não sofrerá qualquer penalidade neste sentido por parte do TCEMG. A respeito da contratação da empresa de consultoria para auxiliar na gestão dos recursos do RPPS e capacitar conselheiros e corpo técnico da SMAGP, ocorreu o certame licitatório e a empresa já está na fase de assinatura do

contrato. O conselheiro Mauro ressaltou mais uma vez que os fluxos dos procedimentos de cobrança e recebimento de contribuição previdenciária devem ser formalizados pela unidade gestora o mais rápido possível. Sobre o contrato de inexigibilidade de licitação com a Caixa Econômica Federal para avaliar os bens imóveis do RPPS, a equipe mencionou que está previsto a publicação do extrato nos próximos dias, portanto a reavaliação dos imóveis deverá ser concluída neste exercício. A próxima reunião ordinária ficou agendada para o dia 03 de junho de 2013, nada mais a ser tratado, eu, Maria Inês Borges-BM:35185-0 \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata que, após lida e se aprovada, deverá ser assinada pelos presentes na próxima reunião. Belo Horizonte, 15 de abril de 2013.

Murilo Fróes dos Reis

Mauro Heleno Ladeira de Oliveira

Maria Cristina dos Santos Castelo Branco

Márcio Costa Bichara

Leonardo Amaral Castro